

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Murilo Leon Santos Faria

**PERFIS DE INVESTIDORES, PRODUTOS FINANCEIROS
E RISCOS NO MERCADO FINANCEIRO BRASILEIRO**

TAUBATÉ - SP

2023

MURILO LEON SANTOS FARIA

**PERFIS DE INVESTIDORES, PRODUTOS FINANCEIROS
E RISCOS NO MERCADO FINANCEIRO BRASILEIRO**

Monografia apresentada como parte dos requisitos para aprovação no curso de Bacharel em Ciências Econômicas, do Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté.

Orientador: Marco Aurélio Vallim Reis da Silva

TAUBATÉ - SP

2023

**Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBi
Universidade de Taubaté - UNITAU**

F224p

Faria, Murilo Leon Santos

Perfis de investidores, produtos financeiros e riscos no mercado financeiro brasileiro / Murilo Leon Santos Faria -- Taubaté : 2023.

56 f. : il.

Monografia (graduação) - Universidade de Taubaté, Departamento de Gestão e Negócios, 2023.

Orientação: Prof. Me. Marco Aurélio Vallim Reis da Silva - Departamento de Gestão e Negócios.

1. Investidores (Finanças) - Brasil. 2. Mercado financeiro. 3. Comunicação empresarial. I. Título.

CDD – 332.6

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer de forma especial as pessoas que me apoiaram e encorajaram ao longo desta jornada, mantendo-me disciplinado em todos os momentos. Ao meu tio, que sempre acreditou no meu potencial, aos meus pais pelo apoio e incentivo oferecendo sempre total assistência, e a toda a minha família, que demonstrou compreensão e apoio de todas maneiras. Aliás, desejo estender meus agradecimentos ao meu orientador, pelas sugestões prestadas e ajuda no desenvolvimento do estudo.

“Investir em conhecimento sempre rende os melhores juros. ”

– Benjamin Franklin

RESUMO

Nos últimos anos, o interesse em investimentos e produtos financeiros como formas de obter renda extra e alocação do capital de maneira eficiente, tem aumentado consideravelmente. Entretanto, uma lacuna significativa persiste nos meios de comunicação, onde pouco é discutido sobre os diferentes perfis de investidores, a gama de produtos financeiros disponíveis e os riscos inerentes a cada indivíduo nesse contexto. Logo, gera-se a necessidade de uma análise mais abrangente desses aspectos, visando preencher essa lacuna e fornecer um entendimento mais claro sobre as relações entre esses elementos no mercado financeiro brasileiro contemporâneo. Este estudo fornece uma análise detalhada e abrangente no campo financeiro, com foco na compreensão aprofundada dos diferentes perfis de investidores e na avaliação da ampla gama de produtos financeiros disponíveis. Além disso, visa examinar de maneira simplificada e qualitativa os riscos associados a cada um desses produtos, considerando não apenas os aspectos teóricos, mas também as tendências reais de rentabilidade observadas nos períodos mais recentes. O estudo visa não somente a aumentar o conhecimento acadêmico nessa área, mas também a oferecer novas percepções aplicáveis que possam ser úteis para investidores, gestores, e profissionais financeiros na tomada de decisões informadas e estratégicas. A abordagem metodológica escolhida para alcançar esse objetivo é fundamentada em uma extensa revisão de literatura e análise de artigos financeiros publicados em plataformas online de finanças, garantindo-se uma base sólida de informações e perspectivas. Os resultados obtidos revelam que o mercado financeiro oferece uma diversidade considerável de produtos, cada um mais adequado a diferentes níveis de percepção de risco, horizontes temporais e objetivos de retorno. Essa análise mais aprofundada permite aos investidores tomar decisões mais informadas, alinhadas com suas características individuais e metas financeiras. Em síntese, a conclusão deste estudo ressalta a importância crucial de compreender as complexas interações entre perfis de investidores, produtos financeiros e riscos. Essa compreensão não apenas contribui para uma alocação mais eficaz de recursos, mas também proporciona uma base sólida para uma tomada de decisão embasada, enriquecendo o conhecimento e aprimorando o panorama do mercado financeiro vigente.

Palavras-chave: Perfis de Investidores. Riscos. Produtos Financeiros.

ABSTRACT

In recent years, the interest in investments and financial products as means of generating extra income and efficiently allocating capital has significantly increased. However, a significant gap persists in the media where little is discussed about the different investor profiles, the array of available financial products, and the inherent risks associated with each individual in this context. Therefore, there arises the need for a more comprehensive analysis of these aspects to fill this gap and provide a clearer understanding of the relationships between these elements in the contemporary Brazilian financial market. This study provides a detailed and comprehensive analysis in the financial field, focusing on a deep understanding of different investor profiles and a meticulous assessment of the wide range of available financial products. Additionally, it aims to examine in a simplified and qualitative manner the risks associated with each of these products, considering not only theoretical aspects but also real profitability trends observed in recent periods. The study seeks not only to enhance academic knowledge in this area but also to offer applicable insights that may be useful for investors, managers, and financial professionals in making informed and strategic decisions. The chosen methodological approach to achieve this objective is grounded in an extensive literature review and analysis of financial articles published on online finance platforms, ensuring a solid foundation of information and perspectives. The findings reveal that the financial market offers a considerable diversity of products, each more suitable for different risk perceptions, time horizons, and return objectives. This deeper analysis enables investors to make more informed decisions aligned with their individual characteristics and financial goals. In summary, the conclusion of this study highlights the crucial importance of understanding the complex interactions between investor profiles, financial products, and risks. This understanding not only contributes to a more effective allocation of resources but also provides a solid foundation for informed decision-making, enriching knowledge and enhancing the current landscape of the financial market.

Keywords: Investor Profiles. Risks. Financial Products.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Carteira teórica de um investidor conservador	24
Gráfico 2 - Carteira teórica de um investidor moderado.....	25
Gráfico 3 - Carteira teórica de um investidor arrojado.....	26
Gráfico 4 - Distribuição das aplicações financeiras dos brasileiros.....	33
Gráfico 5 - Carteira teórica do perfil conservador, moderado e arrojado.....	40

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Perfil dos investidores.....	27
Tabela 2 - Histórico de rendimento da poupança no Brasil.....	35
Tabela 3 - Rendimento anual/ mensal das principais aplicações financeiras.....	36
Tabela 4 - Histórico dos principais investimentos em 2022.....	37
Tabela 5 - Taxas de administração de fundos de investimentos em 2023.....	38
Tabela 6 - Alíquota do Imposto de Renda.....	38
Tabela 7 - Alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras.....	39

Sumário

1 INTRODUÇÃO	1
1.1 Exposição do tema	1
1.1.1 Problema	2
1.2 Objetivos do trabalho	2
1.2.1 Objetivo geral	2
1.2.2 Objetivos específicos	2
1.3 Justificativa do trabalho.....	2
1.4 Metodologia do trabalho	3
2 DESENVOLVIMENTO TEÓRICO	4
2.1 Índices e indexadores do mercado financeiro.....	4
2.2 Principais índices econômicos	4
2.2.1 Taxa de juros	4
2.2.2 Taxa Selic.....	5
2.2.3 Taxa Referencial – TR	6
2.2.4 Taxa Básica Financeira – TBF.....	6
2.2.5 Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP	7
2.2.6 Taxa DI.....	7
2.3 Indexadores econômicos.....	8
3 PRODUTOS FINANCEIROS	10
3.1 Principais tipos de investimentos	11
3.1.1 Caderneta de Poupança	12
3.1.2 Certificado de Depósito Bancário (CDB)	13
3.1.3 Certificado de Depósito Interbancário (CDI)	13
3.1.4 Títulos Públicos	13
3.1.5 Letras de Crédito Imobiliário (LCI).....	15
3.1.6 Letras Hipotecárias (LH)	15
3.1.7 Debêntures.....	16
3.1.8 Ações.....	16
3.1.9 Fundos de Investimentos.....	19
4 Perfil do Investidor	22
4.1 Informações relevantes do questionário	22
4.2 Tipos de perfis do investidor	23
5 RISCOS NO MERCADO FINANCEIRO BRASILEIRO	28
6 ANÁLISE DE MERCADO – PERFIL DO INVESTIDOR BRASILEIRO	31

6.1 Investidor brasileiro	31
6.2 Aplicações financeiras dos brasileiros.....	32
6.3 Rentabilidade das principais aplicações financeiras	33
6.4 Custo dos investimentos	37
6.5 Comparativo teórico entre carteiras de investimentos.....	40
7 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	42
8 Conclusão.....	43
REFERÊNCIAS	44

1 INTRODUÇÃO

1.1 Exposição do tema

Nos últimos anos, houve uma crescente exposição a uma variedade de produtos financeiros, tanto por meio de anúncios em diversos canais de comunicação quanto nos meios tradicionais. No entanto, o que muitas vezes falta nessa abordagem é a consideração dos perfis de investidores, suas tolerâncias ao risco e a adequação real dos investimentos às suas necessidades específicas.

Como afirmado por Remer e Nieto (1995), investir implica a alocação de recursos escassos com alternativas de aplicação em busca de benefícios futuros. Nesse sentido, o mercado de capitais surge como uma das formas mais práticas de fazer dinheiro nos dias de hoje, oferecendo potencial de retorno mais elevado do que os investimentos tradicionais, como poupança e renda fixa, como destacado por Marsh (2001).

Surpreendentemente, dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) de 2018 revelaram que apenas 9% dos brasileiros investiram em produtos financeiros, e menos da metade da população (42%) tinha algum dinheiro guardado até o final de 2017. Isso sugere que, diante da diversidade de produtos financeiros disponíveis, muitos investidores acabam recorrendo à poupança ou a investimentos inadequados para suas metas financeiras.

Um exemplo recente disso ocorreu em 2021, quando a inflação no Brasil atingiu 10,06%, e a caderneta de poupança registrou o pior desempenho em 31 anos. A poupança teve um retorno negativo de 6,37%, representando o pior resultado desde 1990 e uma perda real de 2,30% (ECONOMÁTICA, 2021). Isso significa que a inflação corroeu os ganhos das aplicações, prejudicando ainda mais o poder de compra dos investidores e destacando a necessidade de buscar investimentos que minimizem as perdas decorrentes dos ciclos econômicos.

Portanto, esta pesquisa destaca a importância do conhecimento financeiro como um guia para uma alocação mais eficiente do capital dos investidores. Ela visa facilitar a construção de carteiras de investimento mais alinhadas com o perfil de cada investidor, considerando os riscos associados às suas necessidades individuais.

1.1.1 Problema

Quais são os diferentes perfis de investidores e os principais tipos de investimentos disponíveis no mercado financeiro brasileiro?

1.2 Objetivos do trabalho

1.2.1 Objetivo geral

O principal objetivo desta pesquisa é elucidar os perfis dos investidores (conservador, moderado e arrojado) e os principais investimentos correspondentes a cada perfil, visando uma alocação mais eficiente dos recursos financeiros.

1.2.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos são:

(I) definir os perfis dos investidores;

(II) apresentar os principais produtos financeiros;

(III) apresentar as principais características dos investimentos, as principais taxas, índices econômicos e os riscos vigentes.

1.3 Justificativa do trabalho

Dado a dificuldade da maioria dos brasileiros na identificação de quais aplicações financeiras se adequam melhor a seus perfis de investidores, entende-se fundamental um estudo que apresente de forma simples e objetiva as estratégias ideais de alocação de recursos e investimentos, instigando uma iniciativa ao aperfeiçoamento do conhecimento financeiro.

Dessa forma, os seguintes conceitos de investimentos, sejam títulos básicos de renda fixa ou até mesmo aplicações mais arriscadas que desempenham uma análise criteriosa por técnicas e fundamentos, pode-se servir de motivação e buscas para uma prosperidade e realização gradual das finanças pessoais.

Portanto, este estudo está presente no caráter informativo, possibilitando uma leitura simples e objetiva acerca dos perfis de investidores, produtos financeiros e riscos. Assim, destinado tanto ao público interessado em investimentos, quanto ao leitor que busca aprender um pouco mais de como e quais investimentos se adequam ao seu tipo de perfil.

1.4 Metodologia do trabalho

Diante da questão de pesquisa referenciada, a metodologia para o desenvolvimento do trabalho apresenta uma abordagem qualitativa, através da utilização tanto de bibliografias digitais quanto de livros, artigos, etc.

Os materiais permeiam-se sobre a compreensão dos demais perfis, produtos e riscos, enquadrando-os de acordo com suas classes. Dessa maneira, a principal forma de busca de dados e levantamento, será pelo processo da pesquisa bibliográfica.

Portanto, a pesquisa bibliográfica, conforme Fonseca (2002), é realizada

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Assim, pode-se afirmar que as informações meticulosamente levantadas e analisadas desempenham um papel fundamental na construção de uma base teórica sólida. Essa base teórica, por sua vez, serve como alicerce sólido para embasar e enriquecer a pesquisa em andamento, fornecendo uma estrutura robusta que orienta a investigação de forma eficaz e promissora. A metodologia adotada para coletar e analisar essas informações também desempenha um papel crucial, garantindo a confiabilidade dos dados e a validade das conclusões da pesquisa. Portanto, o cuidado na condução da metodologia é essencial para assegurar a qualidade e a relevância do trabalho de pesquisa.

2 DESENVOLVIMENTO TEÓRICO

2.1 Índices e indexadores do mercado financeiro

A compreensão do mercado financeiro e de seus produtos de investimento requer um conhecimento prévio das principais condições macroeconômicas que têm impacto direto sobre o desempenho desses investimentos. Além disso, é fundamental considerar as taxas de juros, índices e indexadores, devido às suas estreitas relações interconectadas.

2.2 Principais índices econômicos

2.2.1 Taxa de juros

A taxa de juros emerge como um dos pilares fundamentais que moldam as dinâmicas financeiras de um país. Ao mesmo tempo em que sua influência é vasta e multifacetada, seu papel central é refletido nas esferas da política monetária, investimentos, poupança e consumo. A taxa de juros, essencialmente, representa o custo do dinheiro ao longo do tempo e exerce um impacto direto sobre o comportamento dos agentes econômicos.

Segundo Assaf Neto (2009), a taxa de juros é o custo do dinheiro ou do crédito ao longo do tempo. Ela reflete a relação entre poupança e tomada de recursos, influenciando as decisões de poupadores e tomadores. A atratividade das taxas de juros está ligada ao retorno da aplicação em relação à taxa vigente. Taxas mais baixas podem tornar investimentos empresariais mais atrativos.

O estudo aprofundado da taxa de juros implica explorar sua determinação, seus efeitos sobre diferentes setores da economia e sua interação com fatores macroeconômicos. A política monetária de um país muitas vezes utiliza a taxa de juros como uma ferramenta para regular a inflação e estimular ou conter o crescimento econômico. As variações nas taxas de juros podem influenciar as decisões de investimento, direcionando o fluxo de recursos entre ativos de renda fixa e variável, bem como impactar a tomada de empréstimos por parte de empresas e indivíduos.

Além disso, a taxa de juros é um elemento-chave no mercado financeiro, afetando os rendimentos de títulos, fundos de investimento e produtos bancários, como empréstimos e aplicações de renda fixa. No contexto internacional, as diferenças nas taxas de juros entre países podem influenciar as taxas de câmbio e os fluxos de capitais.

Portanto, um estudo aprofundado sobre a taxa de juros requer a análise das teorias que a embasam, o entendimento das políticas monetárias adotadas pelos bancos centrais e a avaliação das implicações para os diferentes atores econômicos. Esse conhecimento não apenas contribui para uma compreensão mais abrangente do funcionamento da economia, mas também fornece insights valiosos para tomadas de decisão informadas nos campos de investimentos, finanças pessoais e formulação de políticas econômicas.

2.2.2 Taxa Selic

A Taxa Selic na economia assume uma posição central como um dos indicadores primordiais para a condução da política monetária e a definição das taxas de juros no Brasil. Seu papel vai além de um simples valor numérico, exercendo influência sobre uma série de aspectos econômicos que abrangem desde a tomada de decisões financeiras individuais até os rumos da atividade econômica nacional.

A Taxa Selic, também conhecida como Sistema Especial de Liquidação e Custódia, é uma taxa que reflete a remuneração básica dos investimentos de renda fixa. Ela serve como referência para a formação de outras taxas de juros no mercado, impactando diretamente os custos de financiamento para empresas e indivíduos. Além disso, essa taxa desempenha um papel crucial no combate à inflação, uma vez que é utilizada pelo Banco Central como ferramenta de controle da política monetária. Através do aumento ou redução da Taxa Selic, o Banco Central busca influenciar a demanda agregada na economia, visando a estabilidade de preços e o crescimento sustentável.

No ambiente de investimentos, a Taxa Selic é uma referencial chave para a tomada de decisões. Ela influencia diretamente a rentabilidade de diversos produtos financeiros, como títulos públicos, fundos de investimento e até mesmo a caderneta de poupança. Dessa forma, investidores individuais e institucionais devem considerar a Taxa Selic como um fator determinante ao planejar suas estratégias de alocação de recursos.

Em um contexto mais amplo, o estudo da Taxa Selic engloba a compreensão de como ela é definida pelo Comitê de Política Monetária (COPOM), as relações entre as

flutuações da Taxa Selic e os ciclos econômicos, bem como seu impacto na vida das pessoas, empresas e na própria dinâmica do mercado financeiro. Ao aprofundar o entendimento sobre a Taxa Selic, torna-se possível tomar decisões mais embasadas, tanto no âmbito dos investimentos quanto na compreensão das nuances da economia brasileira como um todo.

2.2.3 Taxa Referencial – TR

A Taxa Referencial de Juros (TR) é um elemento essencial no contexto econômico e financeiro, influenciando uma série de aspectos que vão desde o reajuste de investimentos até a forma como as pessoas planejam suas finanças. Compreender a natureza e o impacto da TR é fundamental para uma visão completa do cenário econômico e para tomar decisões financeiras informadas.

Além disso, a TR possui sua vinculação com a remuneração da poupança, isto é, faz com que ela tenha um impacto direto nas escolhas de investimento das pessoas, já que muitos consideram a poupança como um lugar seguro para guardar dinheiro. Quando a TR está baixa, a poupança pode render menos, levando investidores a buscar outras opções para obter melhores ganhos. Portanto, a TR não é apenas um indicador econômico, mas também uma variável que afeta as decisões financeiras pessoais.

Portanto, compreender a Taxa Referencial de Juros é um exercício que envolve conhecer sua história, compreender sua metodologia de cálculo e analisar suas implicações econômicas e financeiras. Ela também abre portas para explorar temas mais amplos, como a relação entre o sistema financeiro e a vida das pessoas, os desafios das políticas monetárias e as dinâmicas do mercado de investimentos. Em última análise, ao investigar a TR, os estudiosos não apenas aprofundam seus conhecimentos econômicos, mas também desenvolvem habilidades cruciais para tomar decisões sólidas e informadas no complexo mundo financeiro.

2.2.4 Taxa Básica Financeira – TBF

A Taxa Básica Financeira (TBF) foi originalmente concebida para atuar como um indicador de referência exclusivo na remuneração de investimentos financeiros realizados no mercado, desde que o prazo seja igual ou superior a dois meses. Seu cálculo leva em

consideração os rendimentos médios mensais obtidos pelos Certificados de Depósito Bancário (CDB) com duração de 30 a 35 dias corridos, baseando-se em uma amostra das 30 principais instituições financeiras, que incluem bancos múltiplos, comerciais, de investimento e a Caixa Econômica. (FORTUNA, 2008, p. 128).

2.2.5 Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP

A taxa de juros de longo prazo desempenha um papel crucial no mercado financeiro e na economia em geral. Essa taxa é determinada pelo rendimento de títulos de prazo mais extenso, muitas vezes com vencimento superior a 10 anos. Ela reflete as expectativas futuras sobre a economia, inflação e riscos de crédito em um horizonte mais amplo.

A taxa de juros de longo prazo é utilizada para precificar diversos tipos de ativos, como títulos públicos e privados de longo prazo, empréstimos de longo prazo e até mesmo serve como base para avaliações de empresas e projetos de investimento de longo prazo.

Muitos fatores influenciam essa taxa, como as decisões de política monetária, o ambiente macroeconômico global, os eventos políticos e econômicos, além das perspectivas de crescimento econômico a longo prazo. Portanto, a análise da taxa de juros de longo prazo oferece insights valiosos sobre as expectativas do mercado em relação ao desenvolvimento econômico futuro e pode orientar tanto investidores quanto formuladores de políticas na tomada de decisões estratégicas.

2.2.6 Taxa DI

Para Suno (2019) taxa DI é definida da seguinte forma:

“A taxa DI é a taxa que acompanha diariamente a taxa básica de juros (Selic), de modo que serve como referência para a rentabilidade de investimentos em renda fixa e alguns fundos de investimento. Sendo assim, essa taxa é um dos grandes benchmarks dos investimentos no Brasil.”

Essa taxa está diretamente relacionada às políticas monetárias do Banco Central, que utilizam ferramentas de controle da liquidez do mercado para influenciar seu nível. O acompanhamento da Taxa DI é importante para investidores e tomadores de empréstimo, pois reflete as condições de liquidez e as expectativas do mercado financeiro em relação à economia.

A Taxa DI, portanto, atua como um termômetro da dinâmica do mercado interbancário e tem um impacto direto nas operações financeiras cotidianas das instituições e das decisões dos consumidores.

2.3 Indexadores econômicos

Os indexadores econômicos são indicadores que refletem a variação de preços, taxas de juros e outros fatores relevantes na economia. Eles são utilizados como base para calcular reajustes, correções e remunerações em diversos contratos e investimentos. Alguns dos principais indexadores da economia brasileira incluem: IPCA, IPC, INPC, IGP, IBOVESPA, IBX, IFIX.

Esses indexadores e índices desempenham um papel essencial no funcionamento da economia brasileira, orientando desde decisões de investimentos até políticas de controle inflacionário e tomadas de decisão em empresas e mercados financeiros.

I) IPCA: O IPCA é um índice de inflação que mede a variação de preços de uma cesta de produtos e serviços consumidos pelas famílias brasileiras, abrangendo itens como alimentos, habitação, transporte, saúde, educação, entre outros. É uma medida essencial para calcular a inflação no Brasil. É recorrido também como indexador para alguns títulos de renda fixa como as Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B) e NTN-B Principal. (SUNO, 2018).

II) IPC: O IPC (Índice de Preços no Consumidor) é um indicador que mede a variação de preços de um conjunto de produtos e serviços que representam os gastos típicos de uma família ou consumidor. Usa-se para avaliar a inflação, ou seja, o aumento geral dos preços ao longo do tempo, e é uma ferramenta importante para acompanhar a evolução dos custos de vida e orientar políticas econômicas. Estima-se as variações do custo de vida das famílias com renda familiar entre 1 e 10 salários mínimos. (FIPE,2023).

III) INPC: O INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) é um indicador que mede a variação de preços de uma cesta de produtos e serviços consumidos pelas famílias com renda entre um e cinco salários mínimos. Semelhante ao IPCA, porém focado em famílias de menor renda e é usado para calcular a inflação que afeta esse grupo específico. É uma ferramenta importante para acompanhar o custo de vida dessas famílias e orientar políticas sociais e econômicas. As oito principais classes de despesa são:

Alimentação, Habitação, Vestuário, Saúde e Cuidados Pessoais, Educação, Leitura e Recreação, Transportes, Despesas Diversas e Comunicação.

IV) IGP: O IGP (Índice Geral de Preços) é um indicador que mede a variação de preços de uma cesta ampla de produtos e serviços, incluindo bens de consumo, materiais de construção e custos de produção. É usado para avaliar a inflação e é composto por três subíndices: IGP-M, IGP-DI e IGP-10, cada um com uma metodologia específica e áreas de aplicação diferentes na economia. De acordo com o IBRE (2023) é um indicador econômico, deflator de valores monetários e indexador de contratos.

V) IBOVESPA: Segundo a B3 (Bolsa de Valores do Brasil) a Ibovespa é um índice do desempenho médio das ações das empresas listadas na bolsa e é amplamente utilizado como referência para acompanhar o mercado de ações brasileiro.

VI) IBX: De acordo com a B3 (Bolsa de Valores do Brasil) o Índice Brasil é o marcador do desempenho médio das cotações dos 100 ativos de maior negociabilidade e significância do mercado de ações brasileiro.

VII) IFIX: O IFIX (Índice de Fundos de Investimentos Imobiliário) é um índice da B3 (Bolsa de Valores do Brasil) que mede o desempenho médio dos fundos imobiliários na bolsa. O IFIX é um marcador importante para investidores interessados no mercado imobiliário e em fundos imobiliários, oferecendo novas percepções sobre o desempenho desse setor no Brasil.

3 PRODUTOS FINANCEIROS

No mercado de capitais brasileiro, há muitos produtos financeiros disponíveis para os investidores aplicarem suas determinadas rendas e fontes do capital. Dessa forma, os produtos financeiros brasileiros oferecem uma grande variedade aos investidores que buscam expandir seus patrimônios, proteger seu capital e alavancar suas reservas financeiras. Assim, esses produtos permeiam os investimentos de renda fixa, como títulos de capitalização do governo, até investimentos de renda variável, como ações, fundos imobiliários e criptomoedas.

Ademais, no Brasil, existem diversas instituições financeiras, como bancos e intermediadoras, que ofertam esses tipos de produtos, desde os Certificados de Depósito Bancários (CDBs) e Letras de Crédito (LCs) até mesmo os arrojados fundos de investimento tanto público quanto privado. Nessa lógica, a Bolsa de Valores (B3 ou Bovespa) é o principal ambiente de negociação de ativos financeiros desses títulos.

De acordo com Francis (1991), os ativos financeiros são agrupados em determinadas séries, segundo com o prazo de vencimento ou o nível de rendimento, sendo fixo ou variável. A categoria mais comum no mercado financeiro brasileiro é apresentada pelos seguintes grupos:

Renda fixa de curto prazo: esses ativos pagam juros no pré ou no pós-fixados sobre um valor inicial do capital (Valor Presente). Os vencimentos variam de um a poucos meses.

Renda fixa de longo prazo: esses ativos são representados pelos títulos do governo e das empresas para prazos maiores do que 60 meses. Isto é, títulos do tesouro nacional.

Renda variável: esses ativos são aqueles que não possuem a rentabilidade prevista ou já indexada ao valor aplicado. São exemplos: ações, fundos de multimercado, criptomoedas e entre outras.

Apesar das oportunidades, é essencial reconhecer que o mercado financeiro brasileiro também está permeado por riscos. Riscos de mercado, crédito e liquidez podem afetar significativamente o desempenho dos investimentos. A volatilidade dos preços, a incerteza econômica e os eventos inesperados podem resultar em perdas substanciais. Portanto, a compreensão dos riscos associados a cada tipo de produto financeiro e a

adoção de estratégias adequadas de gerenciamento de riscos são cruciais para uma tomada de decisão informada.

Conseqüentemente, a educação financeira desempenha um papel fundamental. Investidores bem informados estão melhor equipados para avaliar os riscos e as recompensas dos produtos financeiros, ajustando suas estratégias conforme necessário e mantendo uma abordagem disciplinada diante das flutuações do mercado. Dessa forma, eles podem tirar o máximo proveito das oportunidades disponíveis no mercado financeiro brasileiro, enquanto minimizam os riscos inerentes a essa atividade.

3.1 Principais tipos de investimentos

Conforme ressaltado por Benjamin Franklin, um dos proeminentes intelectuais do século XVIII, o investimento em conhecimento demonstra ser uma prática de inquestionável valor. Tal premissa encontra relevância ímpar no âmbito dos investimentos presentes no mercado financeiro contemporâneo.

Assim como a busca incessante pelo saber proporciona ganhos duradouros e significativos, a compreensão aprofundada das distintas categorias de investimentos se revela como um alicerce primordial. Esta perspicaz analogia realça que a obtenção de informações sólidas e atualizadas sobre as variadas alternativas de investimento capacita os investidores a tomar decisões fundamentadas e criteriosas, congruentes com seus objetivos financeiros, ao mesmo tempo em que internalizam os inerentes riscos associados a cada modalidade de alocação de recursos.

No cenário econômico brasileiro, o universo dos investimentos desempenha um papel crucial na vida financeira das pessoas e no desenvolvimento do país como um todo. Com uma variedade de opções disponíveis, desde as tradicionais até as mais inovadoras, os investidores brasileiros têm a oportunidade de construir uma carteira diversificada que atenda aos seus objetivos e perfil de risco.

Nesse contexto, entender os principais tipos de investimentos no mercado financeiro nacional é essencial para tomar decisões informadas e estratégicas. Dessa forma, atenta-se aos principais investimentos disponíveis, abrangendo desde as alternativas de renda fixa até as dinâmicas oportunidades da renda variável, bem como as opções de investimentos no exterior e outros veículos que podem impulsionar a construção de um futuro financeiramente sólido.

Ao realizar investimentos, o aplicador deve buscar identificar seu perfil e as opções de investimento mais adequadas para sua situação financeira. Em seções anteriores, discutimos os principais perfis de investidores identificados no mercado financeiro. A seguir, apresentaremos os principais veículos de investimento disponíveis, detalhando cada um deles.

No âmbito das aplicações financeiras, é crucial analisar tanto os riscos quanto os potenciais retornos, considerando cuidadosamente os objetivos de ganho e a disposição para aceitar possíveis perdas.

Como já destacado anteriormente, geralmente existe uma relação inversa entre segurança e rentabilidade. Isso significa que quanto menor for o nível de segurança, indicando maior risco, maior tende a ser a probabilidade de obter retornos mais elevados.

Dado a isso, apresenta-se a seleção de diversos investimentos, partindo da composição de renda fixa, escalando para os ativos de rendas variáveis e finalizando com os fundos de investimentos.

3.1.1 Caderneta de Poupança

Segundo Assaf Neto (2014, p. 90), a caderneta de poupança é reconhecida como a modalidade de investimento mais clássica do Brasil, caracterizada como conservadora, pois apresenta um nível reduzido de risco e, conseqüentemente, rendimentos mais modestos, especialmente quando contrastada com outras alternativas de aplicações financeiras.

Geralmente, ela atrai investidores com renda mais limitada e caracterizada pela isenção do pagamento do Imposto de Renda. De acordo com Eduardo Fortuna (2003, p. 249), a poupança é a aplicação mais simples e tradicional, sendo uma das poucas, se não a única, que possibilita investir quantias modestas e contar com facilidade de resgate, embora haja uma diminuição nos rendimentos para retiradas fora da data de aniversário da aplicação.

Dado a isso, A conta de poupança pode ser iniciada em qualquer dia do mês pelo poupador. Os ganhos são computados e depositados na data correspondente do mês subsequente, que coincide com o aniversário da conta de poupança.

3.1.2 Certificado de Depósito Bancário (CDB)

O Certificado de Depósito Bancário (CDB) representa um compromisso de pagamento futuro de um montante investido em um depósito a prazo fixo em instituições financeiras, sendo emitido por bancos comerciais ou múltiplos. Esses recursos têm como principal finalidade o financiamento do capital de giro das empresas. A emissão desses títulos está diretamente relacionada à demanda por crédito das empresas, determinando o volume emitido. (ASSAF NETO, 2014, p. 90).

O Certificado de Depósito Bancário (CDB) pode ser resgatado antecipadamente, a critério da instituição financeira, por meio de endosso nominativo, desde que os prazos mínimos sejam observados. O endossante é responsável por confirmar a existência do crédito, mas não é responsável pelo seu pagamento. (FORTUNA, 2003, p. 150).

Segundo Assaf Neto (2014, p. 167), a compensação destes títulos pode basear-se em:

- i) taxa prefixada;
- ii) taxa pós-fixada;
- iii) taxa flutuante, atrelada à variação de algum índice (CDI, por exemplo).

3.1.3 Certificado de Depósito Interbancário (CDI)

Conforme Assaf Neto (2014, p. 169), os CDIs são instrumentos que respaldam as transações com uma duração de um dia, com a possibilidade de também se realizarem operações com prazos mais extensos. Os CDIs que são objeto de negociação durante um dia são identificados no cenário financeiro como Depósitos Interfinanceiros (DI), desempenhando a função de uma taxa de referência diária para o mercado, conhecida como DI over.

Segundo Assaf Neto (2003, p.104), a taxa CDI pode ser considerada uma taxa básica do mercado financeiro, que influencia as demais taxas de juros.

3.1.4 Títulos Públicos

“Títulos públicos são dívidas emitidas pelo governo, com baixo risco e boas opções de rentabilidade [...]. O Tesouro Direto é a plataforma de investimento acessível

para todos, com diferentes tipos de títulos conforme perfil de investidor e planos de longo prazo.” (TORO, 2023).

Fundamentalmente, os títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional são direcionados para o suporte da política fiscal do Governo, adiantando receitas orçamentárias ou financiando déficits fiscais. Em um momento anterior, o Banco Central tinha a capacidade de emitir títulos públicos com o propósito principal de aplicar e executar a política monetária. No entanto, em conformidade com uma resolução do Conselho Monetário Nacional, o Banco Central está proibido de emitir títulos da dívida pública desde o ano 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – 04.05.2000). (ASSAF NETO, 2014, p. 66).

I) Título público pré-fixado

“Os títulos prefixados são aqueles que têm taxa de juros fixa, ou seja, você já conhece no momento do investimento. É o investimento ideal para quem quer saber exatamente o valor que receberá ao final da aplicação, no vencimento do título.” (TESOURO, 2023).

Caso o investidor escolher resgatar o investimento e os juros no final do período, a opção adequada é Letras do Tesouro Nacional (LTN). No entanto, se preferir receber os juros de forma semestral, deve investir em Notas do Tesouro Nacional - Série F (NTN-F). Nesse cenário, o investidor terá total conhecimento do retorno do título caso o mantenha até a data de vencimento, e ainda receberá um fluxo de cupons de juros semestrais, o que pode facilitar a liquidez e permitir reinvestimentos. (TESOURO, 2023).

Geralmente, essa modalidade de investimento é recomendada para aqueles que têm a perspectiva de que a taxa de juros diminuirá. No entanto, o investidor corre o risco de perder poder de compra em caso de aumento da inflação.

II) Título público pós-fixado

Nesse tipo de título, a rentabilidade é determinada somente no momento do resgate do investimento, ou seja, é estabelecida posteriormente. Semelhante aos títulos prefixados, os títulos pós-fixados são categorizados em duas modalidades: os vinculados à taxa básica de juros e os vinculados à inflação.

Os títulos pós-fixados vinculados à taxa básica de juros seguirão a SELIC (a taxa de juros básica da economia). Se o investidor deseja acompanhar as oscilações das taxas de juros, tanto para cima quanto para baixo, a opção adequada é esse tipo de título,

conhecido como Letras Financeiras do Tesouro (LTF). O valor do título varia de acordo com as expectativas das taxas de juros dos agentes financeiros.

Nos títulos pós-fixados ligados à inflação, o rendimento é composto por duas partes: uma é fixada previamente (prefixada) no momento do investimento, enquanto a outra é ajustada posteriormente, variando de acordo com a inflação medida no momento do resgate.

Dessa forma, o investidor antecipadamente conhece o valor e o período dos juros recebidos em termos reais, ou seja, após descontar a inflação. Isso proporciona uma proteção contra possíveis aumentos na taxa de inflação. (TESOURO, 2023).

3.1.5 Letras de Crédito Imobiliário (LCI)

De acordo com a Caixa Econômica Federal (2023), A cédula de crédito imobiliário, frequentemente referida como LCI, é um investimento de renda fixa emitido por instituições financeiras, como bancos e cooperativas de crédito. Sua base é constituída pela carteira de empréstimos imobiliários garantidos por hipoteca ou alienação fiduciária que a instituição possui. Essa garantia tangível oferece um nível adicional de segurança aos investidores.

Para Fortuna (2003, p. 154), as LCIs são títulos que conferem aos seus beneficiários o direito a um montante equivalente ao seu valor nominal, com juros estáveis ou variáveis, e ajustes monetários com base em indicadores de preços setoriais ou abrangentes, inclusive em caráter mensal, desde que o período mínimo de emissão seja de 36 meses.

3.1.6 Letras Hipotecárias (LH)

As Letras Hipotecárias (LH) são instrumentos de Renda Fixa garantidos por créditos imobiliários. Estes títulos são emitidos por instituições financeiras que concedem empréstimos por meio do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Os emissores podem ser variados, incluindo bancos múltiplos com carteira de crédito imobiliário, companhias hipotecárias, associações de poupança e empréstimo, bem como sociedades de crédito imobiliário (IBOVESPA,2023).

Segundo Assaf Neto (2014, p. 91), as letras hipotecárias geralmente proporcionam um rendimento superior ao da caderneta de poupança, embora exijam um período de

investimento mais longo. Essa forma de captação de recursos é mais dispendiosa para a instituição financeira. No que diz respeito ao investidor, além do ganho financeiro mais elevado, as letras hipotecárias também têm a vantagem de serem isentas de Imposto de Renda.

A remuneração das letras hipotecárias costuma ser de três tipos:

- i) taxa de juros mais TR;
- ii) vinculadas ao CDI;
- iii) rentabilidade prefixada. (ASSAF NETO, 2014, p. 91).

3.1.7 Debêntures

Para Assaf Neto (2014, p. 86-87) as debêntures são instrumentos de dívida a longo prazo emitidos por empresas de capital aberto, geralmente utilizados para financiar projetos de investimento ou estender o prazo de vencimento das dívidas corporativas. Elas representam, essencialmente, um compromisso do receptor de recursos de reembolsar o capital investido, acrescido de juros, em uma data previamente acordada.

Além disso, a emissão de debentures é acompanhada de um documento conhecido por Escritura de Emissão, o qual contém todas as características do título, e direitos e deveres das partes envolvidas: sociedade emissora e debenturista. (ASSAF NETO, 2014, p.87).

As debêntures representam uma alternativa adicional para investimentos em renda fixa. Uma de suas vantagens é que, devido à inclusão de um componente de risco adicional, ou seja, o risco de crédito da empresa emissora, esses títulos geralmente proporcionam retornos mais elevados aos investidores em comparação com outros tipos de instrumentos financeiros. (INFOMONEY, 2022).

3.1.8 Ações

As ações representam uma porção mínima do capital social de uma sociedade anônima, sendo frações deste capital. Elas são tipicamente instrumentos negociáveis e são distribuídas aos subscritores (acionistas) proporcionalmente à quantia financeira que efetivamente investiram.

As ações podem ser emitidas com ou sem um valor nominal, conforme estabelecido no estatuto da empresa. Quando emitidas com um valor nominal, todas as ações terão o mesmo valor, e não será permitida a emissão de novas ações com valores distintos. (ASSAF NETO, 2014, p. 83).

A bolsa de valores, em resumo, é o ambiente especificamente criado e mantido para a negociação de títulos financeiros em um mercado livre e acessível, sendo administrado por corretoras e autoridades reguladoras. Os títulos financeiros compreendem instrumentos como debêntures, ações e outros. Atualmente, no Brasil, a negociação em bolsa envolve principalmente ações. (FORTUNA, 2003, p. 439). "Normalmente, as ações traduzem as expectativas dos agentes econômicos em relação as perspectivas do país e, por consequência, aos destinos das empresas abertas." (FORTUNA, 2003, p. 439).

Os títulos podem ser transacionados no mercado primário ou no mercado secundário. Quando um novo título é introduzido no mercado, ele é negociado no mercado primário. Neste estágio, os recursos dos investidores são direcionados para as empresas emissoras de ações, funcionando como uma forma de financiamento para essas empresas. Uma vez que o título está disponível no mercado, as transações subsequentes de compra e venda ocorrem no mercado secundário, que se desenrola na Bolsa de Valores ou no Mercado de Balcão. Nesse contexto, os recursos gerados nas negociações vão para os proprietários dos títulos e não mais para a empresa emissora das ações (ASSAF NETO, 2014, p. 83).

O mercado de ações é segmentado em quatro categorias: mercado à vista, mercado a termo, mercado futuro de ações e mercado de opções.

I) Mercado à vista

Uma operação à vista é a compra ou venda, em pregão, de determinada quantidade de ações para liquidação imediata.

No mercado à vista, é autorizada a execução de transações de compra e venda da mesma ação durante uma única sessão de negociação, envolvendo uma única corretora e um único investidor. Essa modalidade de operação corresponde a uma estratégia de arbitragem denominada *day-trade*, e sua liquidação financeira ocorre por compensação em D+3.

Conforme Fortuna (2003, p. 445), as ordens de compra e venda podem ser classificadas da seguinte forma: ordem a mercado (onde o investidor especifica apenas a

quantidade e as características do título desejado para compra ou venda, com execução imediata), ordem administrada (com características semelhantes à ordem a mercado, mas com a execução a cargo da corretora), ordem limitada (na qual é estabelecido um valor máximo ou mínimo para a compra ou venda da ação, sendo executada somente quando o preço atinge o valor pré-determinado), ordem casada (que envolve a compra de um título e a venda de outro, com a condição de que ambos possam ser executados simultaneamente), e ordem de financiamento (em que o investidor configura uma ordem de compra ou venda de um título em um mercado e, ao mesmo tempo, uma ordem de venda ou compra em outro mercado ou mercado similar, com diferentes prazos de vencimento).

II) Mercado a termo

No mercado a termo, o investidor se compromete a comprar ou vender uma certa quantidade de uma ação (ação-objeto) por um preço fixado e dentro de um prazo predeterminado. De acordo com Fortuna (2003, p. 449) a maioria das operações é concretizada em um período de 30 dias, embora também seja possível realizá-las em prazos estendidos, como 60, 90, 120 ou até 180 dias.

Conforme informações da IBOVESPA (2023), a transação a termo requer a prestação de uma garantia, que pode ser executada sob a forma de cobertura ou margem. Na cobertura, "um vendedor a termo que possui os títulos-objeto pode depositá-los na CBLC como garantia de seu compromisso" (IBOVESPA, 2023). Já a margem é definida como "um valor equivalente à diferença entre o preço à vista e o preço a termo do papel, acrescido do montante representando a diferença entre o preço à vista e o menor preço à vista possível na sessão subsequente" (IBOVESPA, 2023).

III) Mercado Futuro de ações

De acordo com Fortuna (2003, p. 453) o mercado de futuros de ações é o ambiente no qual as ações autorizadas para esse fim são negociadas em datas de liquidação futura, dentro do horário de operação da Bovespa, em lotes padronizados que já são previamente estabelecidos.

O mercado futuro é uma evolução do mercado a termo, que possibilita a ambos os envolvidos em uma transação inverter automaticamente suas posições antes do vencimento, graças às modificações na mecânica operacional desse mercado. (FORTUNA, 2003, p. 452).

IV) Mercado de opções

De acordo com a IBOVESPA (2023), o mercado de opções é o local onde se realizam transações envolvendo direitos de compra ou venda de lotes de ações, com prazos e valores previamente determinados. Esse mercado foi estabelecido com o propósito de fornecer uma maneira de proteger o mercado de ações contra eventuais perdas, permitindo ao investidor ajustar o nível de risco de acordo com suas expectativas e objetivos.

Para Fortuna (2003, p. 454) quem compra uma opção tem um direito. Se a opção for de compra, tem-se o direito de comprar. Se a opção for de venda, tem-se o direito de vender.

3.1.9 Fundos de Investimentos

Segundo Assaf Neto (2014, p. 346-347) os fundos de investimento são definidos como um conjunto de recursos financeiros, composto por contribuições de um grande número de investidores (cotistas), com o propósito de realizar investimentos conjuntos em uma carteira de títulos e valores mobiliários.

Representam uma valiosa alternativa de investimento para aqueles interessados em participar do mercado de capitais, proporcionando os benefícios da agregação de recursos. Esses fundos, por se constituírem como uma forma coletiva de investimento, oferecem vantagens, especialmente para o pequeno investidor, devido ao baixo montante individual de capital necessário para aplicação financeira.

A administração do Fundo de Investimento é desempenhada por um Administrador selecionado pelos seus cotistas. O Administrador tem uma responsabilidade abrangente, que inclui a gestão da carteira de títulos e valores mobiliários, bem como a realização das atividades operacionais e legais relacionadas ao Fundo e aos seus cotistas. Além disso, o Administrador deve manter um serviço contínuo de atendimento aos cotistas do Fundo, esclarecendo suas perguntas e fornecendo as informações necessárias. (ASSAF NETO, 2014, p. 347).

Para Fortuna (2003, p. 365) o segredo dos Fundos de Investimento reside no conceito de comunidade, o que significa que, embora os investidores tenham o direito de resgatar suas cotas a qualquer momento, nem todos o fazem simultaneamente, isto é, sempre há uma considerável quantia disponível que pode ser investida em títulos mais lucrativos.

Além disso, os Fundos de Investimento aplicam diversas taxas aos seus participantes. A taxa de administração é um encargo cobrado pela instituição financeira como compensação pelos serviços prestados na administração do Fundo e na gestão da carteira. A porcentagem dessa taxa é determinada pela própria administradora do Fundo e está especificada em seu regulamento, sendo aplicada sobre o montante total do investimento de cada cotista, independentemente do rendimento obtido. (ASSAF NETO, 2014, p. 347).

Os Fundos podem ser categorizados como de renda fixa ou de renda variável. A partir daí, existe uma diversidade de tipos que são criados para atender aos diferentes interesses dos investidores, do mais conservador ao mais agressivo. Assim, as instituições financeiras organizam seus Fundos de acordo com algumas variáveis externas determinadas pelo Banco Central ou pela Comissão de Valores Mobiliários, como os limites de composição da carteira de cada tipo de Fundo, que, por sua vez, influenciam o perfil de liquidez.

No entanto, é a variável endógena da escolha da composição do retorno desejado pela instituição financeira que molda a identidade de cada Fundo e atrai diferentes perfis de investidores. (FORTUNA, 2003, p. 365).

Os fundos de investimento são categorizados pela CVM com base na composição de suas carteiras, o que facilita a identificação de sua política de investimento e objetivos. Os fundos são, designados de acordo com as seguintes categorias:

I) Fundos de Curto Prazo = apresentam uma média de prazo de investimento de menos de 60 dias, com um prazo máximo de 375 dias para os títulos que compõem sua carteira. Esses fundos são compostos principalmente por títulos públicos federais e também incluem títulos privados de baixo risco, o que os classifica como investimentos de baixo risco. (ASSAF NETO, 2014, p. 350).

II) Fundos de Renda Fixa = os fundos de renda fixa são compostos por ativos de renda fixa e, de acordo com a Associação Nacional de Bancos e Investimento (Anbid), podem ser classificados em três categorias: referenciados, não referenciados e genéricos. Os fundos referenciados seguem uma abordagem de gestão passiva, buscando replicar o desempenho de um índice de referência, como CDI, Ibovespa, câmbio, Selic, entre outros. Os fundos não referenciados não têm a obrigação de seguir um índice específico e podem incluir títulos de renda fixa prefixados e pós-fixados em sua composição. Já os fundos

genéricos são mais agressivos do que os referenciados e não referenciados, pois têm maior flexibilidade na escolha dos ativos de investimento. (ASSAF NETO, 2014, p. 349-350).

III) Fundos de Ações = fundos que devem manter pelo menos 67% da composição em ações à vista, bônus ou recibos de subscrição, certificados de depósito de ações, cotas de fundos de ações, cotas de fundos de índice de ações e *Brazilian Depositary Receipts*. (ANBIMA, 2015). De acordo com Fortuna (2003, p.375) os Fundos de ações são subdivididos em: Indexadores; Ativos; Setoriais; Outros; e, Fechados.

IV) Fundos Cambiais = devem também ter uma parcela significativa de seus ativos vinculados às flutuações de preços de uma moeda estrangeira ou cupom cambial. Por exemplo, um fundo Cambial Dólar busca acompanhar as variações no preço da moeda dos EUA. (ASSAF NETO, 2014, p. 350).

V) Fundos de Dívida Externa = devem incluir em suas carteiras uma parcela significativa de títulos da dívida externa emitidos pelo governo brasileiro. Esses fundos oferecem aos investidores a oportunidade de aplicar seus recursos em títulos de dívida emitidos pelo governo no exterior. (ASSAF NETO, 2014, p. 350).

VI) Fundos Multimercado = devem adotar políticas de investimento que considerem diversos fatores de risco, sem se concentrarem excessivamente em nenhum deles. A decisão de utilizar *hedge* cambial para a parcela de ativos no exterior fica a critério do gestor. (ANBIMA, 2015). Para Assaf Neto (2014, p. 350) este tipo de fundo realiza investimentos em diversos mercados ao mesmo tempo, permitindo uma diversificação das aplicações.

4 PERFIL DO INVESTIDOR

O perfil do investidor é baseado acerca de suas características pessoais dado sua sensibilidade perante ao risco. Nessa lógica, o perfil é identificado por um questionário (*suitability*) que aporta tolerância ao risco, objetivos do investimento, conhecimento sobre o mercado financeiro e seu período de maturação.

“De acordo com a Instrução nº 539/13, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a definição de perfil, com verificação da adequação dos produtos, serviços ou operações ofertadas, é obrigatória. Esse questionário deve ser respondido em cada instituição financeira que o investidor eventualmente tiver conta, pois ele tem por objetivo identificar as preferências e as expectativas que a pessoa tem frente às suas aplicações. ” (MODALMAIS, 2022).

4.1 Informações relevantes do questionário

I) Autoconhecimento

O conhecimento financeiro pessoal é um dos fatores apontados para a identificação do perfil do investidor. Através dela, obtém-se o entendimento sobre quais são suas ambições no âmbito de curto, médio e longo prazo. Dessa forma, fatores como idade, salário, patrimônio adquirido deve ser trazido em conta nesse processo de autoconhecimento.

II) Conhecimento prévio sobre o Mercado Financeiro

O conhecimento de fundamentos econômicos e do mercado financeiro leva a aplicações mais conscientes e ganhos mais exatos. A aplicação em certos produtos financeiros sem o conhecimento prévio necessário, acaba por induzir o indivíduo a perda de capital, seja pelos prazos, taxas, índices de liquidez e outros.

Vale ressaltar que para investimentos da renda variável, é indispensável o entendimento sobre análises contábeis, macroeconômicas e gráficas. Portanto, devido ao alto grau de risco, necessita-se de um alto grau de conhecimento e prática.

III) Recursos Financeiros Disponíveis

Este tópico traz a relevância da quantia disponível para cada investimento, dado seu patrimônio. Caso toda o valor disponível para o investimento seja alocada em um produto de alto risco, as chances de perder tudo são altas, porém se o investidor utilizar de estratégias de diversificação tendo como base os riscos e retornos, seus ganhos podem ser maximizados numa zona segura, de acordo com seu perfil de investidor.

“ Para aplicar bem seus recursos, você deve saber qual porcentagem da sua renda estará disponível. Para isso, é recomendado fazer um planejamento financeiro. Um investimento deve trazer melhorias para a sua saúde financeira, e não complicações. “ (EMBRACON, 2022).

IV) Objetivos Financeiros

Neste fator, leva-se em consideração de quais são os objetivos financeiros para com os investimentos. Dado uma postura de ganhos mais altos, será necessário se expor aos riscos que o mercado dispõe. Nessa lógica, caso a tolerância ao risco seja alta, cabe ao investidor se alocar a produtos de investimentos mais seguros. Aliás, vale se atentar aos prazos e impostos estabelecidos durante ou após o resgate.

4.2 Tipos de perfis do investidor

O perfil do investidor é dado pela separação do grau de sensibilidade ao risco dos investidores. As principais instituições financeiras dividem-se os perfis em conservadores, moderados e arrojados, sendo sujeitos à alteração com o passar do tempo.

“No Brasil, o Código de Regulação e Melhores Práticas para Gestão de Patrimônio no Mercado Doméstico, criado pela Anbima, determina que as instituições financeiras identifiquem o nível de conhecimento do investidor sobre o mercado financeiro. O objetivo é alertá-lo sobre o seu limite de tolerância a riscos para alcançar os resultados esperados.” (BRADESCO CORRETORA, 2022).

I) Conservador

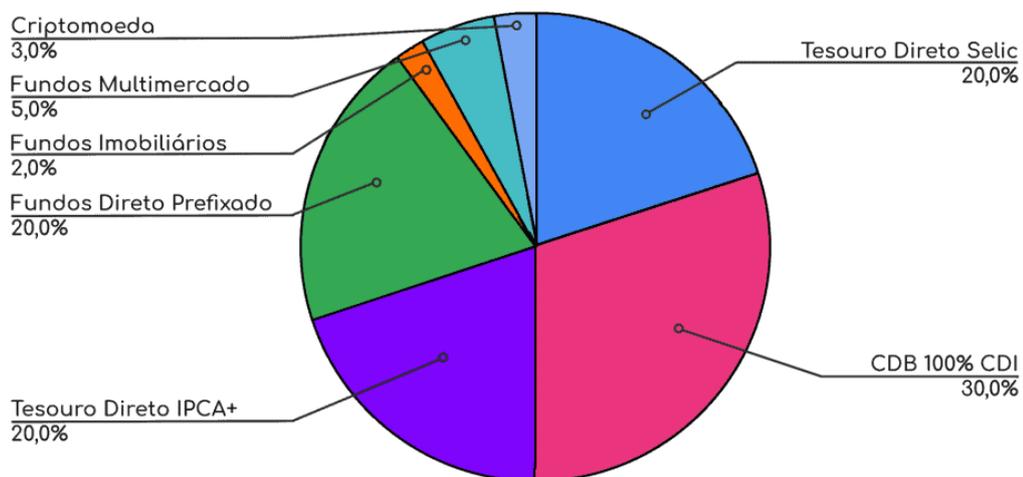
O Perfil conservador apresenta uma preocupação maior perante sua segurança patrimonial e é o que determina a alocação de seu capital. Segundo a corretora Modal Mais (2022), essa categoria abrange pessoas que não estão dispostas a correr grandes riscos. Dessa forma, definem como prioridade a preservação do capital, abrindo mão de

uma rentabilidade mais elevada para ter toda calma que os investimentos de baixo risco podem oferecer.

De acordo com a Investificar (2020), o investidor conservador opta por ter a maior parte de seus investimentos em aplicações de renda fixa, como o Tesouro Direto, Certificados de Depósito Bancário (CDB), etc. Alguns investidores alocam 100% do seu capital em aplicações seguras e outros expõem uma faixa de 1 a 10% dos seus investimentos em renda variável, como ações e fundos de investimentos.

Gráfico 1 – Carteira teórica de um investidor conservador

Alocação fictícia de um investidor conservador



Fonte: Investificar, 2020.

II) Moderado

O perfil moderado apresenta uma preocupação relativa acerca de sua segurança patrimonial. De acordo com a Investificar (2020), esse perfil tolera um risco um pouco acima do que o investidor conservador, com a meta de ganhos maiores, mesmo com maiores chances de perda. O moderado lida melhor com perdas e por isso permite a exposição a riscos maiores.

Gráfico 2 – Carteira teórica de um investidor moderado



Fonte: Investificar, 2020.

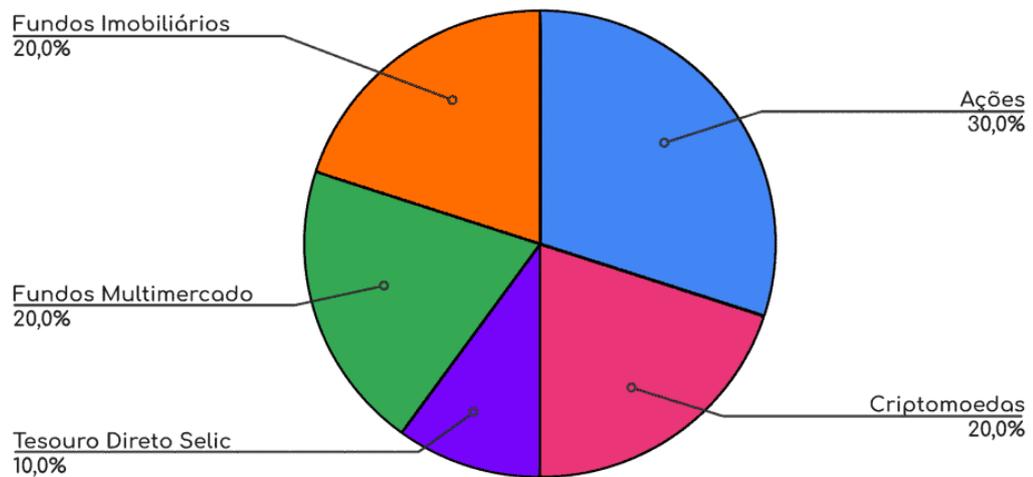
III) Arrojado

“O perfil arrojado ou agressivo possui preferência em investimentos em renda variável (ações, criptomoedas, fundos imobiliários), buscando sempre uma maior taxa rentável, acreditando-se em ganhos de longo prazo, isto é, toleram retornos negativos de curto e médio prazo.” (EMBRACON, 2022).

Dessa forma, de acordo com a Investificar (2020), sob perspectiva dos produtos financeiros, o perfil arrojado investe cerca de 60% a 100% de sua carteira em renda variável e está consciente de manter seu capital parado por um longo espaço de tempo.

Gráfico 3 – Carteira teórica de um investidor arrojado

Alocação de carteira de um investidor arrojado



Fonte: Investificar, 2020.

Tabela 1 – Perfil dos investidores

PERFIL	Propriedade	Sensibilidade ao Risco	Retorno	Investimentos adequados
Conservador	Conservar o capital.	Baixo.	Curto Prazo.	Poupança; Certificado de Depósito Bancário (CDB); Títulos Públicos.
Moderado	Rendimentos maiores e mais arriscados que indivíduos conservadores.	Médio.	Médio Prazo.	Fundos Multimercado; Fundos de Investimentos Imobiliários;
Arrojado	Rendimentos maiores e mais arriscados que indivíduos moderados.	Alto.	Longo Prazo.	Debêntures; Derivativos; Ações; Fundos Multimercado; Fundos Cambiais.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Segundo o resumo apresentado perante o perfil dos investidores, é sujeito de alteração de acordo com o cenário econômico e com os prazos estabelecidos pelos produtos financeiros, portanto, deve-se efetuar uma análise individual para cada objetivo de investimento no mercado financeiro.

5 RISCOS NO MERCADO FINANCEIRO BRASILEIRO

Perante o mercado financeiro brasileiro, há diversos níveis de risco entre as atividades financeiras vigentes. Os investidores necessitam de determinados conhecimentos técnicos e total consciência para tomar as melhores decisões conformes seus objetivos, assim minimizando os possíveis riscos gerados pelos ativos gerenciados. Nessa lógica, os riscos dos ativos financeiros brasileiros podem-se classificar em algumas categorias:

Risco de mercado, cria-se uma possibilidade de perder capital dado mudanças no cenário político, macroeconômico e a volatilidade das ações brasileiras. Segundo o Banco Central do Brasil (Bacen) o risco de mercado de uma carteira de investimentos está atribuído a flutuação dos ativos que a contém.

Risco de crédito, onde pode haver o não pagamento dos valores emitidos pelos títulos de crédito, como os Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e Letras de Crédito (LCs).

Risco de liquidez: Está atrelado a complexidade em comprar ou vender um ativo financeiro em um momento esperado.

“O risco de liquidez mede a dificuldade que um investidor tem ao tentar se desfazer do seu investimento nas condições de mercado. Por exemplo: se alguém quiser vender muitas ações por um determinado preço, pode acabar não conseguindo, pois existem poucos compradores dispostos a pagar aquele valor.” (Sun, 2018).

Dessa forma, segundo Alexandre Assaf Neto (2005), os mercados financeiros disponibilizam uma ampla variedade de instrumentos financeiros com determinados níveis de risco e retorno, o que gera a adequação das possibilidades as diferentes categorias de perfis de risco dos investidores, assim o investidor tem uma alta diversidade de linhas de investimentos, que vão de baixo a alto risco perante o perfil de cada investidor

Em consequência, a compreensão aprofundada dessas categorias de risco e a habilidade de selecionar produtos financeiros que correspondam ao apetite ao risco de cada investidor são elementos vitais para uma gestão eficaz do portfólio e busca de retornos alinhados com as metas de investimento. É crucial que os investidores estejam dotados da educação financeira necessária para avaliar os riscos criteriosamente, assegurando, assim, a integridade de seus investimentos em um ambiente financeiro dinâmico e em constante evolução.

Para Assaf Neto (2014, p. 271), a atitude de um investidor em relação ao risco é uma escolha pessoal, não havendo uma resposta universal para todas as circunstâncias. Nas decisões de investimento em um cenário de incerteza, a preocupação principal é refletir as preferências do investidor em relação ao equilíbrio entre risco e retorno inerente a todas as opções financeiras. Em outras palavras, busca-se entender suas preferências em relação a um nível específico de consumo atual, ou um consumo maior no futuro, mesmo que isso esteja associado a um certo grau de risco. No mercado financeiro brasileiro, essa relação entre preferências e risco é influenciada por uma série de variáveis, como a taxa de juros, a volatilidade dos ativos, as condições econômicas e políticas, entre outras, que moldam as decisões dos investidores. Portanto, a análise do risco no mercado financeiro brasileiro é complexa e multifacetada, dependendo das circunstâncias individuais e das premissas de mercado.

Nessa lógica, a escala das preferências do investidor é expressa pela conhecida curva de indiferença. Essa curva é interpretada como a representação da atitude que um investidor adota em relação ao risco associado a um investimento e ao retorno gerado por essa decisão, abrangendo uma variedade de combinações igualmente atrativas. Qualquer combinação que se encontra na curva de indiferença é considerada igualmente desejável, pois deve proporcionar o mesmo nível de utilidade. (ASSAF NETO, 2014, p. 271).

Segundo Assaf Neto (2014, p. 275), em um cenário de risco, o investidor pode ser classificado com base em três percepções:

- i) disposto ao risco;
- ii) indiferente ao risco;
- iii) avesso ao risco.

I) O investidor com disposição para correr riscos é caracterizado como aquele que baseia suas decisões na busca por taxas de retorno mais elevadas, estando disposto a aceitar oportunidades que ofereçam maiores ganhos, mesmo que isso envolva riscos mais altos. (ASSAF NETO, 2014, p. 275).

II) O investidor que é indiferente ao risco preserva seu retorno, independentemente das variações no nível de risco. Em outras palavras, ele não busca uma compensação adicional em face de um aumento no risco. (ASSAF NETO, 2014, p. 275).

III) O investidor que é avesso ao risco é considerado conservador e está disposto a sacrificar retornos mais altos em favor da segurança de seus investimentos. Sempre busca uma compensação maior quando o risco aumenta. (ASSAF NETO, 2014, p. 275).

Em conclusão, o mercado financeiro brasileiro oferece uma ampla gama de oportunidades de investimento, cada uma com seu próprio conjunto de riscos. O sucesso dos investidores depende não apenas da escolha dos produtos financeiros adequados, mas também da capacidade de gerenciar eficazmente esses riscos.

Um dos princípios fundamentais para enfrentar os desafios do mercado financeiro é a diversificação. Ao espalhar os investimentos por diferentes ativos, setores e classes de ativos, os investidores podem reduzir significativamente o impacto de perdas em qualquer área específica de sua carteira. Diversificar não elimina todos os riscos, mas ajuda a mitigá-los.

A compreensão do próprio perfil de investidor é igualmente crucial. Conhecer sua tolerância ao risco, horizonte de investimento e objetivos financeiros permite que os investidores escolham produtos financeiros que se alinhem melhor com suas necessidades e preferências individuais.

Portfólios bem equilibrados, que consideram a diversificação e o perfil de risco do investidor, podem proporcionar um caminho mais seguro para o crescimento do patrimônio ao longo do tempo. No entanto, é importante lembrar que, embora a diversificação possa reduzir riscos, não garante lucros.

Em última instância, o mercado financeiro é dinâmico e está sujeito a flutuações e incertezas. Portanto, a gestão de riscos deve ser uma parte integrante da estratégia de investimento de qualquer pessoa. A busca constante por educação financeira e o acompanhamento regular de seu portfólio são práticas essenciais para navegar com sucesso por esse ambiente em constante evolução, enquanto se busca atingir os objetivos financeiros de longo prazo.

6 ANÁLISE DE MERCADO – PERFIL DO INVESTIDOR BRASILEIRO

Ao adquirir conhecimento sobre as principais taxas, indicadores, perfil dos investidores, riscos e as opções de investimento, torna-se possível realizar uma análise da atual situação brasileira. Isso inclui examinar o perfil dos investidores no país, as aplicações mais populares, a situação atual do mercado financeiro (como rendimentos, principais títulos e aplicações) e entender as estratégias de aplicação. Essa abordagem permite que o investidor futuro compare seu perfil, escolha o investimento com a média dos brasileiros, explore novas oportunidades de investimento e identifique aquelas que melhor se adequam ao seu perfil e tolerância ao risco.

6.1 Investidor brasileiro

Embora muitos brasileiros já estejam inseridos no universo dos investimentos, para a maioria, essa prática é recente. Segundo o levantamento "Cenário da Poupança e dos Investimentos dos Brasileiros", realizado pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo SPC Brasil, 14,6% dos investidores aplicam há menos de 6 meses, enquanto 31,3% começaram a investir há menos de 1 ano. Apenas 26,6% têm experiência superior a 5 anos.

É observado que, mesmo entre aqueles que investem, prevalece uma postura conservadora, levando muitos a optarem por modalidades tradicionais, como a caderneta de poupança, mesmo diante de rendimentos historicamente abaixo da inflação, o que pode resultar em perdas em determinados momentos econômicos.

A estagnação da renda e o elevado desemprego no país contribuem para desestimular o hábito de poupar ou investir, uma vez que muitos brasileiros estão focados em questões imediatas, como pagar as contas mensais e adquirir o básico para o dia a dia.

No entanto, é relevante questionar até que ponto a conjuntura econômica é a única responsável por esse comportamento. Mesmo diante da crescente disponibilidade de informações sobre investimentos, por meio de programas de TV, analistas, blogs e sites dedicados ao tema, ainda persistem consumidores que preferem guardar dinheiro em casa.

Nesse contexto, o estudo busca aprofundar a compreensão do perfil do poupador/investidor brasileiro, considerando instrumentos de reserva financeira, motivos para poupar ou não, valor da reserva, frequência e modalidades de investimento, fatores para a tomada de decisão, conhecimento sobre o tema e hábitos financeiros comuns. A análise desses aspectos visa lançar uma luz sobre os motivos que influenciam as escolhas financeiras dos brasileiros e contribuir para um entendimento mais amplo do cenário de investimentos no país.

Com base nos dados apresentados pelo Indicador de Reserva Financeira da CNDL e do SPC Brasil referentes a agosto de 2018, que avalia mensalmente a formação de reservas financeiras no Brasil, constata-se que apenas um terço dos entrevistados costuma constituir uma reserva de dinheiro (32,5%), com variações notáveis entre os gêneros e classes sociais.

A pesquisa revela que 21,4% dos participantes poupam o que sobra do orçamento, destacando-se um aumento para 34,1% na Classe A/B. Por outro lado, 11,1% estipulam um valor a ser poupado previamente, chegando a 17,0% na Classe A/B.

Em contrapartida, mais da metade dos entrevistados (55,9%) não possui o hábito de poupar, com um aumento expressivo para 64,4% na Classe C/D/E. Dentro desse grupo, 52,5% não têm nenhuma reserva de dinheiro, atingindo 58,7% na Classe C/D/E. Além disso, 7,4% não estão poupando atualmente, mas possuem alguma reserva acumulada.

6.2 Aplicações financeiras dos brasileiros

De acordo com a ANBIMA (2023), a caderneta de poupança continua sendo o produto financeiro mais utilizado pelos brasileiros, com 26% de preferência, mas a pesquisa também captou um movimento importante de diversificação da carteira de investimentos.

Dessa forma, foi observado que a preferência da população em termos de investimentos está na conta poupança, representando 26% do total de recursos aplicados, seguida pelos fundos de investimentos, títulos privados e ativos imobiliários com 4%. Em menor proporção, destacam-se os investimentos em ações, com 2%, e títulos públicos via Tesouro Direto, com 1%. Outros investimentos menos expressivos incluem moedas

estrangeiras, com 1% e ouro, entre 0 a 1%. Assim, o gráfico 4 apresenta visualmente essa distribuição de investimentos.

Gráfico 4 - Distribuição das aplicações financeiras dos brasileiros



Fonte: Anbima, 2023.

6.3 Rentabilidade das principais aplicações financeiras

Em consonância com o aumento da taxa de juros, que subiu de 9,25% em dezembro para 13,25% em junho, observou-se um crescimento na parcela de investimentos de renda fixa. No final do ano passado (2022), essa categoria de ativos representava 57,5% da carteira dos investidores brasileiros, alcançando 61,3% no primeiro semestre deste ano. Em contrapartida, a renda variável registrou uma redução de participação, passando de 19,5% para 16,7%, no mesmo período comparativo.

Essa mudança na alocação de ativos reflete diretamente as oscilações nas taxas de juros e sinaliza uma possível preferência por ativos de renda fixa em um cenário de elevação dessas taxas. Essa dinâmica também evidencia a necessidade de os investidores ajustarem suas estratégias em resposta às mudanças nas condições macroeconômicas.

Segundo dados da Anbima 2022, no primeiro semestre, os Certificados de Depósito Bancário (CDBs) superaram em volume os investimentos em ações. Os CDBs registraram um crescimento de 13,6%, atingindo a marca de R\$ 647,7 bilhões, enquanto os investimentos em ações diminuíram 10,7%, totalizando R\$ 576,9 bilhões.

Destaque especial para as Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs) e as Letras de Crédito Imobiliárias (LCIs), que apresentaram um desempenho superior nos primeiros seis meses de 2022 em comparação com todo o ano de 2021. As LCAs atingiram R\$ 249,6 bilhões em junho, representando um aumento de 38,5%, equivalente a R\$ 69,4 bilhões. Enquanto isso, as LCIs alcançaram um patrimônio líquido de R\$ 162,4 bilhões, um avanço de 25,4%, ou R\$ 32,9 bilhões. Em 2021, esses produtos registraram crescimentos de 24,2% e 12,3%, respectivamente.

No cenário dos fundos de investimento, os fundos de renda fixa e os fundos imobiliários aumentaram 4,5% e 5,3%, atingindo R\$ 473,8 bilhões e R\$ 85,1 bilhões, respectivamente. Em contrapartida, os fundos multimercados e de ações apresentaram quedas de -5,1% e -18%, encerrando o semestre com patrimônios líquidos de R\$ 649,7 bilhões e R\$ 176 bilhões, respectivamente.

Dado o volume das aplicações mais significativas com os rendimentos das aplicações financeiras, observa-se que os fundos de investimento, que representam o maior montante aplicado, têm apresentado uma rentabilidade superior em comparação com as demais opções de renda fixa. Em contraste, a caderneta de poupança, que figura como o segundo investimento com maior montante, registrou uma rentabilidade média de 7,9% ao ano, como se mostra na tabela 2 a seguir.

Tabela 2 – Histórico de rendimento da poupança no Brasil

RENDIMENTO DA POUPANÇA – HISTÓRICO

Ano	Retorno real	Retorno nominal
2010	0,94%	6,90%
2011	0,94%	7,50%
2012	0,25%	6,47%
2013	-0,12%	5,79%
2014	0,78%	7,24%
2015	-2,28%	8,15%
2016	1,90%	8,30%
2017	3,70%	6,75%
2018	0,85%	4,62%
2019	-0,05%	4,26%
2020	-2,3%	2,11%
2021	-6,37%	3,05%
2022	2,02%	7,90%

Fonte: Inteligência Financeira, 2022.

A seguir um comparativo com a rentabilidade dos fundos de renda fixa e os custos (Imposto de Renda), de agosto, acumulada nos 8 últimos meses do ano de 2023. Com essa tabela é possível verificar um equilíbrio nas rentabilidades dos fundos de renda fixa e uma maior oscilação no Certificado de Depósito Bancário (CDB 125% do CDI) dado sua rentabilidade média anual em pontos percentuais.

Tabela 3 – Rendimento anual/ mensal das principais aplicações financeiras

Produto	Rendimento bruto anual	Rendimento bruto mensal	IR em 1 ano	Rendimento líquido anual	Rendimento líquido mensal
Poupança	8,34%	0,67%	0,00%	8,34%	0,67%
LCI/LCA (90% CDI)	11,93%	0,94%	0,00%	11,93%	0,94%
Tesouro Selic	13,25%	1,04%	20,00%	10,60%	0,84%
CDB 100%	13,25%	1,04%	20,00%	10,60%	0,84%
CDB 110%	14,58%	1,14%	20,00%	11,66%	0,92%
CDB 125%	16,56%	1,29%	20,00%	13,25%	1,04%

Fonte: Inteligencia Financeira, 2023.

Tabela 4 – Histórico dos principais investimentos em 2022

Renda Fixa			Jan	Feb	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	2022	Juro Real
<input checked="" type="checkbox"/>	Poupança	Nova	0.56%	0.50%	0.60%	0.56%	0.67%	0.65%	0.66%	0.74%	0.68%	0.65%	0.71%	0.71%	7.97%	2.06%
<input checked="" type="checkbox"/>	SELIC	Selic Dia	0.73%	0.76%	0.93%	0.83%	1.03%	1.02%	1.03%	1.17%	1.07%	1.02%	1.02%	1.12%	12.38%	6.23%
<input checked="" type="checkbox"/>	CDI	Taxa DI	0.73%	0.76%	0.93%	0.83%	1.03%	1.02%	1.03%	1.17%	1.07%	1.02%	1.02%	1.12%	12.38%	6.23%
	CDB 110% do CDI		0.80%	0.84%	1.02%	0.91%	1.13%	1.12%	1.13%	1.29%	1.18%	1.12%	1.12%	1.23%	13.69%	7.48%
	CDB 120% do CDI		0.88%	0.91%	1.12%	1.00%	1.24%	1.22%	1.24%	1.40%	1.28%	1.22%	1.22%	1.34%	15.02%	8.73%
	CDB 130% do CDI		1.04%	1.09%	1.21%	1.08%	1.34%	1.33%	1.34%	1.52%	1.39%	1.33%	1.33%	1.46%	16.58%	10.21%
	CDB IPCA + 4%		0.87%	1.34%	1.95%	1.39%	0.80%	1.00%	-0.35%	-0.03%	0.04%	0.92%	0.74%	0.95%	10.02%	4.00%
	CDB IPCA + 5%		0.95%	1.42%	2.03%	1.47%	0.88%	1.08%	-0.28%	0.05%	0.12%	1.00%	0.82%	1.03%	11.07%	5.00%
	CDB IPCA + 6%		1.03%	1.50%	2.11%	1.55%	0.96%	1.16%	-0.20%	0.13%	0.20%	1.08%	0.90%	1.11%	12.13%	6.00%
	CDB IPCA + 7%		1.11%	1.58%	2.19%	1.63%	1.04%	1.24%	-0.12%	0.20%	0.27%	1.16%	0.98%	1.19%	13.19%	7.00%
	CDB de 11%		0.87%	0.87%	0.87%	0.87%	0.87%	0.87%	0.87%	0.87%	0.87%	0.87%	0.87%	0.87%	11.00%	4.93%
	CDB de 12%		0.95%	0.95%	0.95%	0.95%	0.95%	0.95%	0.95%	0.95%	0.95%	0.95%	0.95%	0.95%	12.00%	5.88%
	CDB de 13%		1.02%	1.02%	1.02%	1.02%	1.02%	1.02%	1.02%	1.02%	1.02%	1.02%	1.02%	1.02%	13.00%	6.82%
	CDB de 14%		1.10%	1.10%	1.10%	1.10%	1.10%	1.10%	1.10%	1.10%	1.10%	1.10%	1.10%	1.10%	14.00%	7.77%
<input checked="" type="checkbox"/>	FIXA11	RF Prefixado	-0.79%	0.48%	0.95%	-0.87%	0.48%	0.08%	0.95%	3.21%	1.75%	0.67%	-2.07%	1.59%	6.50%	0.68%
<input checked="" type="checkbox"/>	IMAB11	RF IPCA	1.04%	0.21%	3.80%	0.45%	0.42%	0.75%	-2.07%	0.84%	1.28%	1.15%	-0.90%	0.44%	7.55%	1.67%
Renda Variável: Brasil																
<input checked="" type="checkbox"/>	BOVA11	Bovespa	7.12%	0.85%	6.15%	-10.55%	3.66%	-11.36%	4.53%	6.58%	0.60%	5.34%	-3.18%	-2.42%	5.11%	-0.64%
<input checked="" type="checkbox"/>	FIND11	Financeiro	17.24%	-1.71%	7.73%	-11.66%	5.99%	-12.97%	3.53%	9.80%	3.61%	6.74%	-13.69%	1.73%	11.67%	5.56%
<input checked="" type="checkbox"/>	MATB11	Materiais	0.20%	-1.96%	6.59%	-10.88%	4.92%	-14.81%	-1.99%	-3.71%	1.85%	6.05%	13.31%	-2.03%	-5.61%	-10.77%
<input checked="" type="checkbox"/>	CMDB11	Commodities	4.82%	1.35%	1.60%	-2.45%	2.33%	-12.53%	3.51%	3.10%	-4.13%	4.31%	6.20%	-1.50%	5.19%	-0.56%
<input checked="" type="checkbox"/>	SMAL11	Small Cap	3.27%	-5.09%	8.92%	-8.55%	-1.18%	-16.44%	4.73%	11.66%	-1.27%	6.70%	-11.13%	-3.46%	-14.81%	-19.47%
<input checked="" type="checkbox"/>	XFIX11	F. Imobiliário	-1.51%	-2.14%	1.56%	0.10%	1.64%	0.60%	-0.40%	5.33%	0.79%	4.11%	-15.46%	-0.89%	-7.58%	-12.63%

Fonte: Clube dos Poupadores, 2022.

A tabela anterior retrata o histórico dos melhores e piores investimentos de 2022, o qual mostra uma forte alta no mercado de renda fixa comparado à renda variável. Portanto, devido as conjunturas macroeconômicas envolvidas no cenário de investimentos, e consequentemente, seus índices e indexadores econômicos, a tabela 4 mostra-se favorável a carteira de investimentos conservadora ao ano de 2022.

6.4 Custo dos investimentos

Normalmente, os investimentos implicam custos, além dos rendimentos, que devem ser considerados na escolha da aplicação. Os custos comuns ao realizar um investimento incluem taxas de administração e corretagem, sendo que alguns investimentos também envolvem a cobrança de imposto de renda.

A taxa de administração refere-se à remuneração pela prestação de serviços de gestão e administração fornecidos pela instituição financeira. Geralmente associada a fundos de investimento, é expressa como uma porcentagem anual e é paga mensalmente.

A magnitude dessa taxa varia entre diferentes tipos de investimento, sendo geralmente mais alta em estratégias de investimento mais complexas (XP INVESTIMENTOS, 2023).

Segundo a Quantum (2023), a média da taxa de administração cobrada pelos fundos na categoria varejo, medida em julho de 2023, está apresentada na tabela 5 a seguir, sendo a taxa média mais baixa relacionada aos fundos de renda fixa e a mais alta aos fundos de ações.

Tabela 5 – Taxas de administração de fundos de investimentos em 2023

Taxas de Administração de Fundos de Investimentos		
Classificação CVM	Taxa Média Ponderada pelo PL	Taxa Média
Ações	1,62%	1,49%
Cambial	0,72%	0,86%
Multimercado	1,06%	0,98%
Renda Fixa	0,60%	0,69%

Fonte: Quantum, 2023.

Os investimentos que têm a cobrança de imposto de renda sobre rendimento seguem a tabela a seguir, iniciando com cobrança de 22,5% quando resgatado em menos de seis meses, passando para 15% quando resgatado após dois anos.

Tabela 6 – Alíquota do Imposto de Renda

Tempo de Permanência	Alíquota de IR
Até 180 dias	22,5%
De 180 a 360 dias	20,0%
De 361 a 720 dias	17,5%
Acima de 720 dias	15,0%

Fonte: XP Investimentos, 2023.

Nesse contexto, determinados investimentos também implicam na cobrança de IOF sobre os rendimentos ao serem resgatados antes de 30 dias, conforme a tabela 7 a seguir, iniciando com 96% no resgate no 1º dia e sendo isento no 30º dia.

Tabela 7 – Alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras

Número de Dias	IOF (em %)	Número de Dias	IOF (em %)
1	96	16	46
2	93	17	43
3	90	18	40
4	86	19	36
5	83	20	33
6	80	21	30
7	76	22	26
8	73	23	23
9	70	24	20
10	66	25	16
11	63	26	13
12	60	27	10
13	56	28	6
14	53	29	3
15	50	30	0

Fonte: XP Investimentos, 2023.

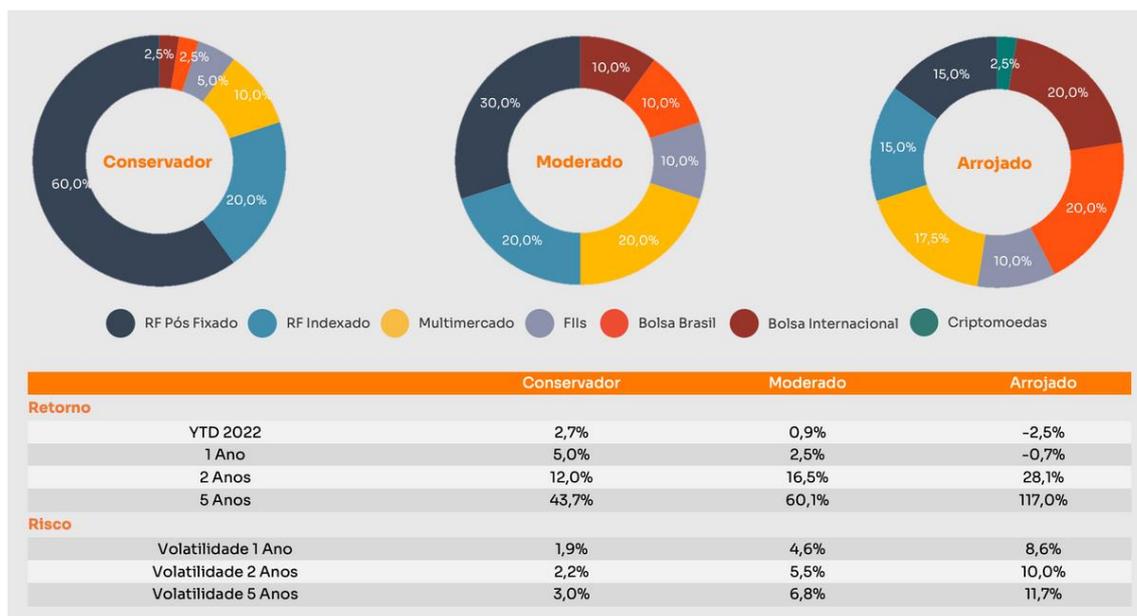
Além disso, outro encargo encontrado em algumas aplicações é o de guarda. A custódia corresponde à quantia que as instituições demandam para manter os títulos sob sua responsabilidade. Em média, é aplicada uma taxa equivalente a R\$ 10,00, mas essa quantia pode variar para mais ou para menos, dependendo da corretora.

Antes de realizar qualquer investimento, é crucial comparar as tarifas cobradas pelas instituições financeiras, corretoras e distribuidoras, a fim de selecionar aquela que apresenta os custos mais reduzidos, visando a obter rendimentos mais expressivos, dado que esses custos impactarão negativamente o retorno alcançado.

6.5 Comparativo teórico entre carteiras de investimentos

O cenário de investimentos no Brasil é diversificado e abrange uma ampla gama de oportunidades para os diferentes perfis de investidores. Diante dessa variedade, torna-se fundamental compreender como cada perfil – conservador, moderado e arrojado – estrutura sua carteira de investimentos. Este comparativo visa explorar as escolhas, estratégias e alocações preferenciais de cada perfil, proporcionando uma visão abrangente do panorama financeiro brasileiro. Ao analisar as diferenças nas preferências de investimento entre os perfis, podemos identificar tendências, desafios e oportunidades que ajudarão tanto investidores quanto profissionais do mercado a tomarem decisões mais informadas e alinhadas com seus objetivos financeiros.

Gráfico 5 – Carteira teórica do perfil conservador, moderado e arrojado



Fonte: Banco Inter Invest, 2022.

De acordo com o gráfico anterior, infere-se a montagem das três principais carteiras do perfil conservador, moderado e arrojado. Dessa forma, observa-se que a carteira diversificada conservadora possuiu a maior proximidade entre os percentuais, isto é, devido ao baixo risco-retorno, a garantia da aplicação financeira foi bem executada.

Na carteira diversificada moderada, apesar do baixo retorno com uma propensão maior ao risco de curto prazo (2022). Ademais, para o longo prazo, se obteve o retorno esperado com uma proporcionalidade retorno-risco maior que a carteira cautelosa de investimentos.

Para a carteira teórica de investimentos do perfil arrojado, há um retorno negativo no ano vigente até o primeiro. Nessa lógica, apesar do crescimento percentual do risco, houve um retorno significativo dos ativos de alto risco da bolsa brasileira, bolsa internacional e dos fundos imobiliários presentes.

Dado o exposto anterior sobre a carteira teórica de investimentos de cada perfil do investidor brasileiro, predomina-se o investimento ao longo prazo superando os riscos presentes no decorrer dos anos. Dessa forma, o investidor arrojado mostra-se superior a carteira do perfil moderado, e, por conseguinte, do perfil conservador.

Diante da análise das carteiras de investimento dos perfis conservador, moderado e arrojado, torna-se evidente que a busca por maior retorno esteve alinhada ao perfil de risco. O investidor arrojado, que aceita exposição a ativos mais voláteis, obteve um retorno superior em comparação com os perfis moderado e conservador. Essa maior rentabilidade, contudo, vem acompanhada de um nível de risco mais elevado, evidenciando a relação intrínseca entre retorno e volatilidade no mercado financeiro.

Para o investidor moderado, que busca um equilíbrio entre risco e retorno, os resultados refletem uma posição intermediária. Embora o retorno esperado seja menor em comparação ao perfil arrojado, o investidor moderado consegue usufruir de certa estabilidade, mitigando parte do risco inerente aos ativos mais voláteis.

Já o investidor conservador, que prioriza a preservação do capital e a minimização de riscos, apresenta um retorno mais modesto, mas também um perfil de investimento mais resistente a oscilações do mercado.

Em suma, a análise das carteiras evidencia a importância da correlação entre perfil de investidor, estratégia adotada e retorno esperado. Cada perfil reflete escolhas conscientes em relação ao apetite ao risco e às metas financeiras, demonstrando a necessidade de uma abordagem personalizada na construção de carteiras de investimento.

7 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

É fundamental para os indivíduos compreenderem sua percepção de risco, prazos e metas financeiras ao tomar decisões no mercado financeiro brasileiro. Isso permite uma escolha mais informada e a maximização do bem-estar bancário de cada investidor. Afinal, cada pessoa tem um perfil único de investimento, que pode variar desde o mais conservador até o mais arrojado.

Neste contexto, este estudo forneceu uma orientação valiosa sobre como cada indivíduo pode abordar os produtos financeiros disponíveis e os riscos associados. Reconhecer o próprio perfil de investidor é o primeiro passo. Alguns podem preferir a segurança de investimentos de renda fixa, enquanto outros podem buscar oportunidades mais arriscadas, visando retornos potencialmente maiores no mercado de renda variável.

Além disso, é essencial que cada investidor estabeleça metas financeiras claras e faça estudos aprofundados antes de tomar decisões de investimento. Isso inclui entender os prazos de investimento, considerar a diversificação da carteira e avaliar como cada escolha se alinha com seus objetivos financeiros de longo prazo.

A educação financeira desempenha um papel crucial nesse processo. À medida que os investidores aprimoram seu conhecimento sobre produtos financeiros, estratégias de investimento e gestão de riscos, eles podem tomar decisões mais informadas e eficazes. Isso os capacita a buscar o maior lucro possível dentro de seus parâmetros de risco pessoal.

Em resumo, a relação entre perfil de investidores, produtos financeiros e riscos no mercado financeiro brasileiro é complexa e personalizada. Cada investidor deve se esforçar para compreender sua própria abordagem ao risco e suas metas financeiras, aproveitando a educação financeira como aliado. Com isso, podem tomar decisões de investimento mais embasadas e trabalhar em direção à realização de seus objetivos financeiros.

8 CONCLUSÃO

Ao buscar retornos favoráveis em investimentos, muitas vezes nos concentramos apenas nessa busca por lucro. No entanto, é fundamental lembrar que investir envolve diversos outros fatores que vão além do retorno financeiro, como riscos, custos e prazos.

Antes de tomar qualquer decisão de investimento, é imperativo que o investidor analise cuidadosamente seu perfil financeiro. Isso inclui compreender sua disposição para correr riscos, seus objetivos financeiros e o prazo de investimento desejado, entre outros fatores. Investir sem levar em consideração esses aspectos pode levar a resultados insatisfatórios e até mesmo perdas financeiras.

Os perfis de investidores geralmente se dividem em conservadores, moderados e arrojados, cada um com suas próprias características e tolerância ao risco. Além disso, é crucial definir claramente os objetivos financeiros, seja para segurança, realização de sonhos ou obtenção de renda.

Após identificar o perfil e os objetivos, o investidor deve analisar os produtos financeiros disponíveis no mercado, levando em consideração fatores como riscos, rentabilidade, prazos e custos associados. É importante comparar diferentes instituições financeiras e produtos para encontrar o melhor ajuste para suas necessidades.

A diversificação de investimentos é uma estratégia essencial para gerenciar riscos. Espalhar os recursos por diferentes ativos e classes de ativos pode reduzir o impacto de perdas em áreas específicas da carteira. No entanto, a diversificação não elimina completamente os riscos, apenas os mitiga.

É crucial enfatizar que a educação financeira desempenha um papel fundamental nesse processo. Quanto mais informado o investidor estiver, melhores serão suas escolhas financeiras. Existem várias fontes de informações, calculadoras financeiras e análises disponíveis para auxiliar na tomada de decisão.

Portanto, ao investir, deve-se lembrar de que a busca pelo retorno financeiro ideal deve estar alinhada com seu perfil, objetivos e prazos. Uma abordagem equilibrada e informada é essencial para maximizar o potencial de crescimento de seu patrimônio e alcançar seus objetivos financeiros de longo prazo.

REFERÊNCIAS

ANBIMA. Volume financeiro aplicado pelos brasileiros alcança R\$ 4,6 trilhões no primeiro semestre. Disponível em: <https://www.anbima.com.br/pt_br/noticias/volume-financeiro-aplicado-pelos-brasileiros-alcanca-r-4-6-trilhoes-no-primeiro-semestre.htm>. Acesso em: 12 de setembro de 2023.

ASSAF NETO, A; LIMA, F.G.; Investimento em Ações: Guia Teórico e Prático para Investidores. São Paulo: Inside Books, 2008.

ASSAF NETO, Alexandre. Mercado Financeiro. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

ASSAF NETO, Alexandre. Mercado Financeiro. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Riscos e Controles. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/acesoinformacao/riscosecontroles>>. Acesso em: 15 jul. 2023.
BANCO DO BRASIL. Análise de perfil do investidor. Disponível em: Acesso em 10 de set de 2022.

BASSOTO, Lucas. Investificar, 2020. Disponível em: <www.investificar.com.br/voce-sabe-qual-e-seu-perfil-de-investidor/>. Acesso em: 16 de set de 2022.

BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO (B3). Índice de Fundos de Investimentos Imobiliários (IFIX). Disponível em: <https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-segmentos-e-setoriais/indice-de-fundos-de-investimentos-imobiliarios-ifix.htm>. Acesso em: 12 de julho de 2023.

CLUBE DOS POUPADORES. Os melhores investimentos para você em [ano]. Disponível em: <<https://clubedospoupadores.com/melhores-investimentos>>. Acesso em: 13 de setembro de 2023.

Com inflação de 10,06% em 2021, poupança tem pior rentabilidade desde 1990. Abecip, 2022. Disponível em: <<https://www.abecip.org.br/imprensa/noticias/com-inflacao-de-10-06-em-2021-poupanca-tem-pior-rentabilidade-desde-1990>>. Acesso em: 25 de set de 2022.

Como fazer um planejamento financeiro em 2021. Embracon, 2021. Disponível em: <<https://www.embracon.com.br/blog/como-fazer-um-planejamento-financeiro-em-2021>>. Acesso em: 25 de set de 2022.

Disponível em: <https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-segmentos-e-setoriais/indice-de-fundos-de-investimentos-imobiliarios-ifix>. Acesso em: 15 de julho de 2023.

FIPE. Índice de Preços ao Consumidor (IPC). Disponível em: <<https://www.fipe.org.br/pt-br/indices/ipc/>>. Acesso em: 10 de julho de 2023.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FORTUNA, Eduardo. Mercado Financeiro: Produtos e Serviços. 15ª ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

FRANCIS, J. C. Investments: analysis and management. 5. ed. New York: MacGraw-Hill, 1991.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). IGP - Índice Geral de Preços. Disponível em: <<https://portalibre.fgv.br/estudos-e-pesquisas/indices-de-precos/igp>>. Acesso em: 12 de julho de 2023.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). Índice de Preços ao Consumidor (IPC). Disponível em: <<https://portalibre.fgv.br/estudos-e-pesquisas/indices-de-precos/ipc>>. Acesso em: 12 de julho de 2023.

GIUDICCE, Thiago L; ESTENDER, Antônio C. O Processo de Análise de Investimentos Financeiros em Instituições Financeiras. Revista do Departamento de Administração da FEA, v. 1, p. 2-21, julho de 2023.

INTELIGÊNCIA FINANCEIRA. Poupança ou Tesouro Direto: saiba qual aplicação tem melhor rendimento. Disponível em: <<https://inteligenciafinanceira.com.br/onde-investir/renda-fixa/poupanca-ou-tesouro-direto-saiba-qual-aplicacao-tem-melhor-rendimento/>>. Acesso em: 12 de setembro de 2023.

INTER INVEST. Estratégia de Alocação de Ativos Inter. Disponível em: <<https://interinvest.inter.co/carteiras/inter-strategy/asset-allocation>>. Acesso em: 13 de setembro de 2023.

Menos da metade dos brasileiros têm dinheiro aplicado em produtos financeiros. Anbima, 2018. Disponível em: <https://www.anbima.com.br/pt_br/noticias/menos-da-metade-dos-brasileiros-tem-dinheiro-aplicado-em-produtos-financeiros.htm>. Acesso em: 25 de set de 2022.

O Risco: por que certos investimentos não são rentáveis? Investidor, 2022. Disponível em: <www.investidor.gov.br/menu/primeiros_passos/Investindo/Conceitos_Importantes.html>. Acesso em: 25 de set de 2022.

Perfil do Investidor: como descobrir o seu? MODALMAIS, 2022. Disponível em: <www.modalmmais.com.br/blog/perfil-do-investidor/>. Acesso em: 15 de set de 2022.

REMER, D. S. & NIETO, A. P. A compendium and comparison of 25 project evaluation techniques. Part 1: Net present value and rate of return methods. International Journal of Production Economics, v. 42, n. 1, 1995, pp. 79-96.

XP INVESTIMENTOS. Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) em Fundos de Investimento: Como funciona a tributação em fundos. Disponível em: <<https://conteudos.xpi.com.br/fundos-de-investimento/relatorios/ir-iof-come-cotas-compensacao-como-funciona-a-tributacao-em-fundos/>>. Acesso em: 13 de setembro de 2023.